

Aquisição de Semântica Temporal em Português L2: O caso do Pretérito Perfeito e do Pretérito Imperfeito

Maria João Freitas Oliveira

Orientado pelo Professor Duarte Oliveira

Resumo

A aquisição das formas verbais do passado, nomeadamente o contraste entre o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito, representa uma das maiores dificuldades enfrentadas por aprendentes de português como segunda língua (L2). Esta distinção transcende a simples marcação temporal, envolvendo noções complexas de aspeto verbal que requerem uma representação precisa da estrutura interna das situações. Montrul e Slabakova (2003) mostram que aprendentes adultos de Espanhol L2 conseguem alcançar interpretações nativas das distinções aspetuais do passado, desafiando a ideia de um período crítico absoluto na aquisição da semântica temporal em L2. Este estudo propõe investigar como falantes não nativos de Português Europeu interpretam as implicações semânticas dos Pretéritos Perfeito e Imperfeito considerando os papéis da tipologia verbal e do grau de exposição à L2. A partir de uma tarefa de aceitabilidade, foram testados 21 falantes de Português L2 com diferentes línguas nativas e níveis intermédios de proficiência. Os resultados revelam que os falantes L2 não têm dificuldades em interpretar a informação semântico-pragmática associada aos Pretéritos Perfeito e Imperfeito. A nível extralinguístico, verifica-se que o tempo de residência em Portugal tem um efeito positivo no processo de aquisição do aspeto gramatical.

Palavras-Chave: Aquisição da Linguagem, Aspeto Verbal, Português L2 , Pretérito Perfeito, Pretérito Imperfeito

Abstract

The acquisition of past tense forms, particularly the contrast between the *Pretérito Perfeito* ('perfective past') and the *Pretérito Imperfeito* ('imperfective past'), represents one of the greatest challenges for learners of Portuguese as a second language (L2). This distinction goes beyond simple temporal reference, involving complex notions of verbal aspect that require a precise representation of the internal temporal structure of events. Montrul and Slabakova (2003) provide evidence that adult L2 learners of Spanish can attain native-like interpretations of past-tense aspectual distinctions, challenging claims that posit a strict critical period for the acquisition of temporal semantics in the L2. This study investigates how non-native speakers of European Portuguese interpret the semantic distinctions expressed by *Pretérito Perfeito* and *Pretérito Imperfeito*, considering the roles of verbal typology and degree of exposure to the L2. The results show that L2 speakers have no difficulties interpreting semantic-pragmatic information associated to both perfective and imperfective past forms. At an extralinguistic level, it is observed that time of residence in Portugal has a positive effect on the acquisition of grammatical aspect.

Keywords: Language Acquisition, Verbal Aspect, L2 Portuguese, Perfective Past, Imperfective Past

1. Introdução

“Pensei?... pensava?... estes verbos são horríveis!...”

Leiria (1992)

A aquisição dos tempos verbais do passado, em particular o contraste entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito, constitui uma das maiores dificuldades enfrentadas por falantes de português como segunda língua (L2). Este desafio é amplamente reconhecido tanto na prática pedagógica quanto na investigação científica. A escolha entre essas duas formas verbais não depende apenas da marcação temporal, mas envolve conceitos complexos relacionados com o aspeto verbal, que diz respeito à estrutura temporal interna das situações (Comrie, 1976; Smith, 1991).

Leiria (1992) destaca, com base num amplo corpus de dados de aprendentes de diversas línguas maternas, que os erros persistentes nesta área não decorrem unicamente de interferências linguísticas ou de instrução insuficiente, mas refletem limitações na compreensão e no uso adequado das noções aspetuais codificadas pelas formas verbais do passado. A autora argumenta que a escolha do pretérito adequado está intimamente relacionada com a tipologia aspetual dos predicadores, bem como com a capacidade de o falante representar cognitivamente as situações descritas no discurso.

Por sua vez, Montrul e Slabakova (2003), com foco no par aspetual espanhol *pretérito-imperfecto*, fornece evidências de que, apesar da complexidade envolvida, aprendentes adultos podem alcançar interpretações nativas de distinções aspetuais, desafiando hipóteses que postulam a existência de períodos críticos absolutos na aquisição de propriedades semânticas da L2 (Johnson & Newport, 1989). Com base numa abordagem generativista e numa análise funcional de traços aspetuais ([±perfectivo]), as autoras demonstram que a aquisição de distinções como a do pretérito perfeito e imperfeito envolve a integração entre o conhecimento morfossintático e as interpretações semânticas subjacentes.

No presente estudo, proponho investigar como falantes não-nativos do Português Europeu adquirem e utilizam as distinções semânticas expressas pelos pretéritos perfeito e imperfeito, dando especial atenção ao papel das propriedades aspetuais inerentes aos verbos, assim como ao potencial efeito de fatores extralinguísticos, como o grau de

exposição à L2. Partindo do pressuposto de que a aquisição do aspeto verbal em L2 é gradual e, por vezes, sujeita a fossilização, pretende-se contribuir para a compreensão dos mecanismos cognitivos e linguísticos que estão na base desta aprendizagem, bem como para a melhoria das práticas pedagógicas no ensino de Português L2.

2. Tempo e Aspeto

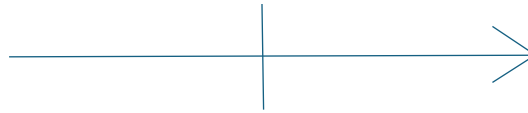
2.1 Tempo

A categoria *Tempo* serve para localizar temporalmente as situações expressas num determinado enunciado. A forma mais comum de se marcar essa localização é através dos tempos verbais (e.g., presente, pretérito perfeito, etc.), embora os advérbios ou expressões adverbiais de tempo (e.g., *ontem*, *depois*, *já*) e orações subordinadas temporais (e.g., *quando/mal chegou a casa*) também tenham essa função.

Normalmente, os tempos gramaticais referem-se ao tempo entendido como ordenação linear orientada do passado em direção ao futuro. Para esta conceção ser possível, considera-se que os tempos se articulam em três domínios: (i) passado, (ii) presente e (iii) futuro. Estes domínios permitem-nos estabelecer relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade relativamente ao tempo da enunciação (Klein, 2013).

O Tempo é concebido como uma ordenação linear de unidades temporais atómicas ('instantes') ou densas ('intervalos') que se podem suceder ou sobrepor. É uma categoria relacional, quer deítica, quer anafórica, e a localização temporal é sempre relativa. Nesta perspetiva, há três momentos fundamentais a considerar: o ponto de fala (ST, *speech time*), o ponto do evento (ET, *event time*) e o ponto de referência (RT, *reference time*), segundo o modelo de Reichenbach (1947). O autor definiu o ponto de referência como o ponto a partir do qual o momento da fala e o momento do evento se relacionam temporalmente. Assim, é por intermédio do ponto de referência que nos é possível localizar uma determinada situação. Tomando o momento da fala como ponto inicial, o ponto de referência pode ser simultâneo, posterior ou anterior. O esquema no exemplo (1) contempla situações em que o ponto de fala coincide com o ponto do evento e o ponto de referência.

(14) O João está a sair de casa



Ponto do evento (ET)

Momento da enunciação ou ponto de fala (ST)

O exemplo (2), com referência futura, descreve uma situação em que o ponto de fala precede o ponto do evento.

(14) O João vai sair de casa

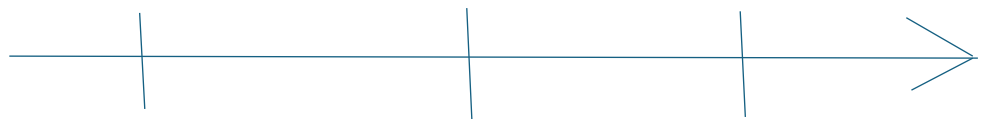


Ponto de fala (ST)

Ponto do evento (ET)

No exemplo (3), o uso do pretérito mais-que-perfeito denota uma situação em que o ponto do evento precede o ponto de referência e o ponto de referência, por sua vez, precede o momento de enunciação.

(14) Às 8 horas, o João tinha saído de casa



Ponto de Evento (ET)

Ponto de referência (RT)

Ponto de fala (ST)

É importante realçar que a distinção entre tempo e aspeto gramatical nem sempre é clara. Como observam Bronckart (1977) e Miller & Johnson-Laird (1976), o tempo deítico e o aspeto são frequentemente indissociáveis, sendo codificados pelos mesmos elementos linguísticos. Esta interdependência tem implicações significativas para a compreensão e subsequente aquisição das formas verbais. Além disso, como enfatiza

Reyes (1990), os tempos verbais podem perder parte do seu valor temporal e adquirir um valor modal, o que é especialmente frequente com o Imperfeito, dada a sua natureza “aberta” e a sua tendência para se associar a modalidades não factuais ou hipotéticas. Veja-se os exemplos (4a) e (4b), que ilustram o valor modal do pretérito imperfeito em português.

- (14) a. Se eu soubesse, **ajudava**-te. situação hipotética
(= O interlocutor não sabe, logo não pode ajudar)
- b. Se tivesses estudado, **passavas** de ano. situação contrafactual
(= O interlocutor não estudou)

O Pretérito Imperfeito pode ser ainda utilizado para pedidos ou perguntas em registos mais educados e/ou formais (cf. (5)).

- (14) **Queria** falar consigo um momento.
(ao invés de: *Quero falar consigo*)

Como se verifica, nem sempre é viável dissociar o tempo gramatical de categorias aspetuais e modais, dado que as suas propriedades semânticas estão frequentemente dependentes de fatores pragmáticos e discursivos.

2.2. Aspeto

O Aspeto pode ter uma base situacional ou gramatical, fornecendo informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase, em particular pela sua predicação (Comrie, 1976; Dickey, 2015; Smith, 1991). O aspeto situacional permite-nos olhar para a estrutura interna das situações, sendo, por isso, considerada uma propriedade “subatômica” do predicado verbal (Parsons, 1991).

A nível gramatical, o aspeto é uma categoria relevante em várias línguas, realizada em línguas como o português europeu através de morfemas flexionais de tempo. Certas

propriedades do aspeto gramatical podem também ser veiculadas através de construções perifrásticas com auxiliares e semiauxiliares (e.g., *tem lido*, *começou a ler*, *está a ler*) e, ainda, especificadas por meio de certas expressões adverbiais (ver exemplo (6)).

(14) O João **tem lido** o livro (*todas as manhãs*).

Estas construções são mais complexas, mas até os tempos simples do passado expressam diferentes valores aspetuais, tal como contemplado nos exemplos (7a) e (7b) (cf. Montrul & Slabakova, 2003).

(14) a. A Paula **pintou** um quadro.

→ Pretérito Perfeito; expressa aspeto perfetivo e implica um evento concluído.

b. A Paula **pintava** um quadro.

→ Pretérito Imperfeito; expressa aspeto imperfetivo e denota uma ação que se desenrolou durante algum tempo, sem referência a um ponto final.

A distinção entre os aspetos ‘perfetivo’ e ‘imperfetivo’ é fundamental. O primeiro vê o evento como um todo concluído, enquanto o segundo foca o desenrolar do evento sem necessariamente marcar o seu fim (Comrie, 1976). Esta oposição é codificada em várias línguas (e.g., português, espanhol, francês, etc.), através de formas verbais diferentes ou de outros meios linguísticos.

No caso do português, o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito constituem formas que, embora referentes ao passado, marcam distintamente valores aspetuais: o Pretérito Perfeito indica uma ação concluída, enquanto o Pretérito Imperfeito marca um processo não concluído, habitual ou contínuo (Oliveira, 2003).

Contudo, nem todas as abordagens concordam com esta distinção. Segundo Oliveira (2003), o Pretérito Perfeito não deve ser considerado um tempo perfeitivo se assumirmos a definição de que a perfeitividade implica a existência de um estado consequente. Na maior parte dos casos, este tempo não denota um resultado, embora perspetive as situações como concluídas do ponto de vista temporal. Para a autora, o Pretérito Perfeito é sempre terminativo, i.e., marca o momento em que um determinado estado ou evento terminou (ver exemplos (8a) e (8b)).

- | | | | |
|------|----|-----------------------------------|--------|
| (14) | a. | A Maria esteve doente . | estado |
| | b. | A Maria escreveu a carta . | evento |

Por outro lado, o Pretérito Imperfeito é um tempo gramatical com referência ao passado, mas que, em muitas construções, não apresenta características temporais, podendo alterar a classe aspetual do predicado (ver exemplo (9), que incorre na mudança aspetual de um processo culminado para um estado progressivo).

- (14) A Maria **lia** o jornal quando a Joana chegou.

Como mencionado na secção anterior, o Pretérito Imperfeito também pode ser utilizado para determinados efeitos modais, como é possível observar no exemplo (10), em que se exprime um desejo com projeção para o futuro.

- (14) Eu, neste momento, **bebia** um cafezinho...

Na sua abordagem ontológica, Moens e Steedman (1988) defendem que um evento pode ser constituído por (i) um processo preparatório, (ii) uma culminação e (iii) um estado consequente. A tipologia que os autores propõem — estados, processos, processos culminados e culminações — é útil para entender como os predicadores se associam aos morfemas de tempo e aspeto

De acordo com os autores, os eventos caracterizam-se por serem situações dinâmicas, podendo ser durativas ou instantâneas, dependendo da sua duração, e télicas ou atélicas, i.e., se tendem para um fim ou não. Os eventos télicos são chamados de processos culminados ou culminações, de acordo com a sua duração (ver (11)).

- (14) a. A Maria *escreveu o relatório.* processo culminado
b. A Maria *ganhou a corrida.* culminação

Os processos distinguem-se dos processos culminados por serem atélicos, i.e., não denotam uma culminação e um estado resultante (ver (12)).

- (14) A Maria *trabalhou.* processo

Os estados, por sua vez, não são dinâmicos. Têm em comum com os processos o facto de não serem télicos (cf. exemplo (13)).

- (14) O João *esteve doente.* estado

A Tabela 1, retirada da Gramática da Língua Portuguesa (Mateus et al., 2003), esquematiza as propriedades temporais destas classes aspetuais.

Tabela 1. Caracterização tipológica das classes aspetuais.

	Dinâmico	Télico	Duração	Estado	Consequente	Homogéneo
Processo	+	-	+	-	-	+
Processo	+	+	+	-	+	-
Culminado	-	-	-	-	-	-
Culminação	+	+	-	-	+	-
Ponto	+	(-)	-	-	-	-
Estado	-	-	+	-	-	+

Embora seja comum, nas gramáticas tradicionais, a caracterização do Pretérito Perfeito como a expressão de uma ação concluída e o Pretérito Imperfeito como uma ação não concluída, habitual ou em progresso, esta distinção tem vindo a ser questionada.

Oliveira (2003) argumenta que a oposição entre os Pretéritos Perfeito e Imperfeito não pode ser reduzida apenas a uma distinção binária de aspeto, tal como outras gramáticas sugerem. A autora defende que o valor aspetual das formas verbais em português surge da composição entre diversos elementos linguísticos, como o tipo de predicado, a estrutura argumental, o contexto pragmático-discursivo, entre outros. Como tal, o mesmo tempo verbal pode ter diferentes leituras, dependendo do ambiente da enunciação.

(14) O Pedro *caiu*.

O exemplo (14) pode denotar: (i) um evento pontual, em que o João terá caído e já se pode ter levantado, ou (ii) o início de um novo estado, em que o João ainda se encontra no chão. A partir destas duas leituras, percebemos que o Pretérito Perfeito não indica sempre uma ação “concluída”.

O Pretérito Imperfeito, por sua vez e como já foi mencionado num momento anterior do texto, pode assumir funções modais (e.g., *Se eu soubesse, ajudava-te...*), estativo-descritivas (e.g., *A casa era branca*) e até narrativas (e.g., *La ela muito contente...*), não se limitando a denotar simplesmente uma situação “não concluída”. Como tal, os tempos verbais expressam simultaneamente valores temporais, aspetuais e modais, cuja leitura resulta da interação entre o morfema verbal, o tipo de predicado e o contexto em que ocorrem.

3. Algumas noções sobre a aquisição L2

Nas últimas décadas, a investigação em aquisição de línguas não-maternas tem evoluído consideravelmente, passando de uma quase inexistência para um estatuto de relativa autonomia científica. Apesar deste progresso, trata-se ainda de uma disciplina jovem, com um carácter tripartido: procura desenvolver teorias próprias, mantém-se

fortemente dependente de modelos oriundos da Linguística e da Psicologia, e mantém compromissos com objetivos práticos, como o ensino de línguas (Leiria, 1992).

No que respeita à aquisição de uma segunda língua (L2), os adultos parecem, por variadas razões, não alcançar os mesmos níveis de sucesso que as crianças na aquisição da língua materna (L1), especialmente em termos do produto final. A aquisição da L1 é geralmente completa, enquanto os aprendentes de L2 atingem níveis variáveis de proficiência, sendo comum a fossilização em estágios intermédios da gramática interlinguística (Montrul & Slabakova, 2003). Essa variabilidade alimenta o debate sobre a existência de um período crítico ou sensível também na aquisição de L2 — tal como proposto por Lenneberg (1967) para a L1 —, sugerindo que, após uma certa idade (entre os 6 anos e a puberdade), a possibilidade de se atingir uma competência nativa na L2, sobretudo na fonologia e na morfossintaxe, se reduz significativamente. Estudos como os de Johnson & Newport (1989) e DeKeyser (2000) indicam que a idade de exposição à L2 pode afetar significativamente o grau de sucesso linguístico final.

No entanto, evidências recentes demonstram que, embora muitos aprendentes adultos não atinjam níveis nativos, um número significativo consegue alcançar desempenhos comparáveis aos de falantes nativos em aspetos específicos da língua, como alguns fenómenos da sintaxe e até mesmo a semântica aspetual (Birdsong, 1999; Bongaerts, 1999; White & Genesee, 1996). Estudos empíricos mostram que adultos podem adquirir propriedades gramaticais subtis, não ensinadas formalmente e ausentes da sua L1, o que desafia a visão de que a Gramática Universal (GU) deixa de ser acessível na idade adulta. Neste contexto, ganha relevância a hipótese de que o acesso à Gramática Universal não se extingue por completo com a idade, mas que diferentes domínios linguísticos — fonologia, morfologia, sintaxe, semântica — podem ser afetados de forma diferenciada por múltiplos períodos sensíveis (Beck, 1998; Hawkins & Chan, 1997). Por exemplo, a “Hipótese dos Traços Formais Falhados” (*Failed Functional Features Hypothesis*) argumenta que certos traços morfossintáticos não selecionados durante a aquisição da L1 podem tornar-se inacessíveis para a L2 em idade adulta, embora os princípios gerais da GU permaneçam ativos. Do ponto de vista extralinguístico, a aquisição de uma L2 é um processo complexo que combina mecanismos universais e variáveis individuais, como a idade, a instrução formal, o contexto de aprendizagem, e o tipo de contacto com a língua (Ellis, 1997; Selinker & Gass, 2008). Esta complexidade justifica a crescente consideração da aquisição de L2 como um domínio autónomo de

investigação, essencial para o aprofundamento do conhecimento sobre a mente humana e o funcionamento da linguagem.

4. O caso do aspeto gramatical na aquisição L2

A aquisição do aspeto gramatical em L2 é um tema central nos estudos de aquisição da linguagem. Historicamente, tem havido uma falta de diferenciação entre os termos “aquisição” e “aprendizagem” de L2. Krashen (1981, 1994) promove uma distinção clara entre ambos, que se baseia em fatores como contexto de aquisição (formal ou não formal), o grau de consciência e os níveis de proficiência.

O aspeto gramatical na aquisição de L2 pode ser explicado pelo modelo declarativo/procedimental (DP) (Ullman, 2001a, 2001b, 2004; Paradis, 1997, 2004), que distingue dois subsistemas de memória:

1. Memória procedimental (implícita): Responsável pelo conhecimento gramatical, que é adquirido e usado de forma automática e inconsciente, característico da aquisição da gramática em L1. Em relação à L2, esta aquisição pode ser também automática quando a exposição à língua é precoce;

2. Memória declarativa (explícita): Responsável pelo conhecimento lexical, que é consciente. No caso da aprendizagem da L2, os falantes tendem a recorrer a este tipo de memória para assimilar as regras gramaticais. Ou seja, em adultos, por exemplo, a aquisição tende a iniciar-se de forma mais explícita para depois, com a prática e a exposição, se tornarem mais automáticas.

O aspeto gramatical na aquisição de L2 é fortemente influenciado pelo modo como os subsistemas de memória de longo prazo são mobilizados. Assim, a gramática tende a ser inicialmente aprendida de forma explícita (declarativa), mas a proficiência nativa só é alcançada quando há transferência e automatização desse conhecimento para o sistema procedimental, algo que pode ser limitado por fatores como idade, contexto de exposição e intensidade do input linguístico.

Montrul e Slabakova (2003) testaram 64 falantes nativos de inglês com espanhol como L2 ($M = 29.13$, $DP = 7.74$) e 20 falantes nativos de espanhol ($M = 27.2$, 3.48) quanto ao seu conhecimento do contraste entre o pretérito e o imperfeito, equivalentes aos Pretéritos Perfeito e Imperfeito do português. Os resultados revelaram que os aprendentes L2 são perfeitamente capazes de assimilar os parâmetros aspetuais da segunda língua em estágios avançados do processo de aquisição, desafiando a ideia de

que certas categorias gramaticais estão sujeitas a fossilização e limitadas a períodos críticos no desenvolvimento da L2.

Noutro estudo, Rothman e Iverson (2009) testaram o conhecimento dos tempos verbais (Pretéritos Perfeito e Imperfeito) por parte de 14 aprendentes intermédios de Português Brasileiro (PB) nativos de inglês. A partir de duas tarefas de interpretação, os autores concluíram que até falantes com níveis intermédios de proficiência compreendem as diferenças semânticas entre estes tempos verbais. Os resultados sugerem que falantes adultos ainda conseguem aceder à GU e não estão sujeitos a uma aprendizagem superficial de categorias gramaticais complexas. Os resultados também parecem rejeitar a “Hipótese dos Traços Formais Falhados”, que dita que há certas categorias que podem nunca ser completamente adquiridas pelos falantes L2.

Segundo Leiria (1992), é igualmente importante reconhecer a influência do predador e das propriedades aspetuais inerentes às situações no desenvolvimento interlinguístico dos aprendentes. O percurso da aquisição aspetual é moldado por vários fatores, incluindo as propriedades lexicais dos verbos, a frequência e a saliência dos tempos verbais na L2 e o grau de congruência com o sistema verbal da L1. Fatores extralinguísticos (e.g., grau de contacto, contexto de aquisição, entre outros) também têm um efeito no desenvolvimento de categorias aspetuais na interlíngua e na celeridade com que estas são adquiridas (Ellis, 1994; Long, 2017).

5. O presente estudo

O presente estudo investiga a aquisição da semântica temporal do Português Europeu por falantes não nativos, com foco específico na distinção aspetual entre os Pretéritos Perfeito e Imperfeito. Pretende-se avaliar até que ponto aprendentes de Português L2, cujas línguas maternas podem não gramaticalizar de forma explícita este contraste (como é o caso do inglês ou do russo, por exemplo), conseguem estabelecer a associação correta entre as formas verbais e o seu valor semântico-aspetual.

Seguindo a linha metodológica de Montrul e Slabakova (2003) e assumindo que o Pretérito Imperfeito – por natureza, imperfetivo e não culminado – é compatível com situações interrompidas ou canceladas, o estudo pretende verificar se aprendentes de Português L2 reconhecem essa limitação semântica.

Este trabalho baseia-se na tradição linguística generativa e em estudos anteriores que analisam a aquisição de traços funcionais e semânticos relacionados com o aspeto

gramatical (e.g., Montrul & Slabakova, 2003), procurando compreender a ligação entre morfologia verbal e interpretação aspetual na interlíngua dos aprendentes de Português L2.

a. Participantes

Para o presente estudo foram recrutados 21 falantes adultos de Português L2, com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos ($M = 35,8$; $DP = 16,8$). A maior parte dos participantes foram recrutados a partir dos cursos de Português Língua Não Materna da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A amostra inclui falantes com várias línguas de origem (e.g., inglês, mandarim, russo, ucraniano)^[63]. Em relação ao grau de escolaridade, cerca de 48% dos participantes têm formação ao nível da licenciatura (ou equivalente), 44% têm mestrado e 8% ainda se encontram a frequentar a licenciatura, tendo apenas concluído o ensino secundário.

A partir do *Questionário de Experiência e Proficiência Linguísticas* (LEAP-Q; Marian et al., 2020), foram identificados alguns dos fatores extralinguísticos que contribuíram (ou contribuem) para o processo de aquisição dos participantes. A Tabela 2 quantifica o tempo de residência dos participantes em Portugal, enquanto medidor do grau de exposição natural à língua. A maior parte dos inquiridos encontra-se a residir em Portugal há um ano (24%) ou há três anos ou mais (29%). Cerca de 19% dos participantes moram em Portugal há menos de um ano (para efeitos de mobilidade académica e afins) e 9% residem no país há dois anos. Quatro participantes (19% da amostra) não forneceram nenhuma resposta quanto ao tempo de residência.

Tabela 2. Tempo de residência em Portugal.

Tempo de residência	Participantes	
	<i>N</i>	%
Menos de 1 ano	4	19

⁶³ Dadas as dificuldades em encontrar um número razoável de aprendentes de Português L2 com a mesma L1, a língua de origem não será contemplada como preditor na nossa análise dos resultados. Tendo em conta que o presente estudo conta apenas com 21 participantes e várias línguas nativas, qualquer tentativa de incluir a L1 como variável resultaria em dados estatisticamente enviesados (e potencialmente ininterpretáveis). Um futuro estudo com uma amostra mais extensiva e homogênea de falantes poderá responder a estas questões de influência interlinguística de forma mais rigorosa.

1 ano	5	24
2 anos	2	9
3 anos ou mais	6	29
Sem resposta	4	19

Os participantes foram ainda inquiridos sobre os fatores que contribuem (ou contribuíram) para a sua aquisição do português. A maior parte dos participantes (cerca de 86%) selecionou, *aulas de português* como o fator de maior contributo para o seu processo de aquisição. Este dado não é surpreendente, uma vez que o estudo foi aplicado, maioritariamente, a alunos das aulas de Português Língua Não Materna. Adicionalmente, 64% dos inquiridos aponta o contacto com familiares e amigos nativos de português como fator relevante. A exposição aos média (e.g., televisão, rádio, internet, redes sociais) foi destacada por 59% dos participantes, enquanto 45% revelam ter desenvolvido a língua com recurso a materiais de leitura.

b. Método

A componente experimental do presente estudo consistiu numa Tarefa de Conjunção Frásica (*Sentence Conjunction Task*, SCT; Montrul & Slabakova, 2003; Slabakova, 2001). Nesta tarefa, foram apresentados aos participantes enunciados compostos por uma oração principal com uma situação-matriz e uma oração coordenada adversativa. A primeira oração continha uma situação perspectivada no Pretérito Perfeito ou no Pretérito Imperfeito e a segunda uma situação veiculada no Pretérito Perfeito que implicava o cancelamento ou a interrupção da situação descrita na primeira oração

Segundo Montrul e Slabakova (2003), este tipo de estrutura baseia-se no princípio de que apenas o uso do Pretérito Imperfeito na primeira oração é semanticamente compatível com um potencial cancelamento do estado de coisas na segunda oração. Deste modo, uma frase em que se recorre ao Pretérito Perfeito na primeira oração será sempre semanticamente anómala, pois não é possível cancelar uma situação que é perspectivada como “terminada” (ver (15a)). Por outro lado, se a situação da primeira oração está no

Pretérito Imperfeito, a sua estrutura temporal permite reconfiguração, sendo considerada aceitável nestes contextos (ver (15b)).

- (14) a. ??O autocarro **saiu** da estação às 13h, mas partiu às 14h.
b. O autocarro **saía** da estação às 13h, mas partiu às 14h.

No total, foram incluídos 18 estímulos frásicos (18 itens experimentais + 6 itens de despiste). Os itens experimentais foram equitativamente organizados em três condições, de acordo com o tipo de situação utilizado: A) estados; B) processos culminados, e C) culminações (6 itens cada)⁶⁴. Estas condições foram ainda subdivididas em duas subcondições, relativamente ao tempo verbal usado na primeira oração: a) Pretérito Imperfeito e b) Pretérito Perfeito (3 itens cada por condição). Os estímulos com o Pretérito Imperfeito correspondem a itens aceitáveis, enquanto os estímulos com Pretérito Perfeito correspondem a itens não aceitáveis. Para cada item, os participantes tinham de indicar se a frase lhes parecia fazer sentido (“Sim”) ou não (“Não”). A Tabela 3 fornece alguns exemplos dos estímulos usados no estudo, divididos pelas condições correspondentes.

Tabela 3. Exemplos dos itens experimentais usados na Tarefa de Conjunção Frásica.

Condição	Subcondição	Exemplos	Resposta esperada
A. Estados	PI	O concerto durava duas horas, mas acabou em três horas.	Faz sentido
	PP	O concerto durou uma hora, mas acabou em duas horas.	Não faz sentido

⁶⁴ Não foram incluídos processos na nossa amostra, devido à sua fraca compatibilidade com o tipo de implicaturas conversacionais usadas como estímulos no presente estudo. As frases com os dois tempos verbais geram frases anómalas ou contraditórias na maior parte dos casos.

- (i) ??A Maria *correu* durante uma hora, mas não correu.
(ii) ??A Maria *corria* durante uma hora, mas não correu.

B.	PI	O João ia ao parque, mas ficou na cama.	Faz sentido
	PP	O Pedro foi ao jardim, mas ficou na cama.	Não faz sentido
C.	PI	O metro chegava à paragem às 8h, mas só apareceu às 10h.	Faz sentido
	PP	O comboio chegou à estação às 8h, mas só apareceu às 10h.	Não faz sentido

Os dados foram recolhidos de forma remota através do formulário online *Google Forms*. Estes foram posteriormente analisados estatisticamente através do programa RStudio Build 496, tendo-se procurado identificar os padrões de aceitabilidade atribuído aos estímulos de cada condição. A análise centrou-se na aferição da sensibilidade dos participantes à oposição aspectual [$\pm$ perfectivo] em Português Europeu, bem como na observação de eventuais tendências relacionadas com o tipo de situação.

c. Questões de investigação

Este trabalho, para além dos objetivos já mencionados, tem como propósito responder às três seguintes questões de investigação:

1. Será que falantes de Português Europeu L2 com níveis intermédios de proficiência conseguem compreender as distinções semântico-aspetuais entre o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito?
2. Será que os falantes de Português Europeu L2 estabelecem uma relação entre o aspeto gramatical e a classe aspetual das situações descritas?
3. Haverá algum efeito do tempo de residência, enquanto medidor do grau de exposição à L2, nas taxas de aceitabilidade dos falantes?

Na seguinte secção, será feito um levantamento dos resultados e da sua análise descritiva e inferencial. Os resultados serão depois discutidos à luz das questões de investigação aqui introduzidas.

6. Resultados

6.1. Análise descritiva

A Figura 1 reporta a proporção das respostas dos participantes, de acordo com as condições experimentais, i.e., estados, processos culminados e culminações. Em cada

condição, uma resposta considerada correta corresponde à aceitação pelos participantes das frases introduzidas pelo Pretérito Imperfeito e a sua rejeição das frases introduzidas pelo Pretérito Perfeito. Por outro lado, respostas incorretas são aquelas em que o participante rejeitou as frases introduzidas pelo Pretérito Imperfeito e aceitou as introduzidas pelo Pretérito Perfeito, o que - de acordo com os princípios teóricos explanados nas secções anteriores - resulta em algum tipo de contradição aspetual.⁶⁵

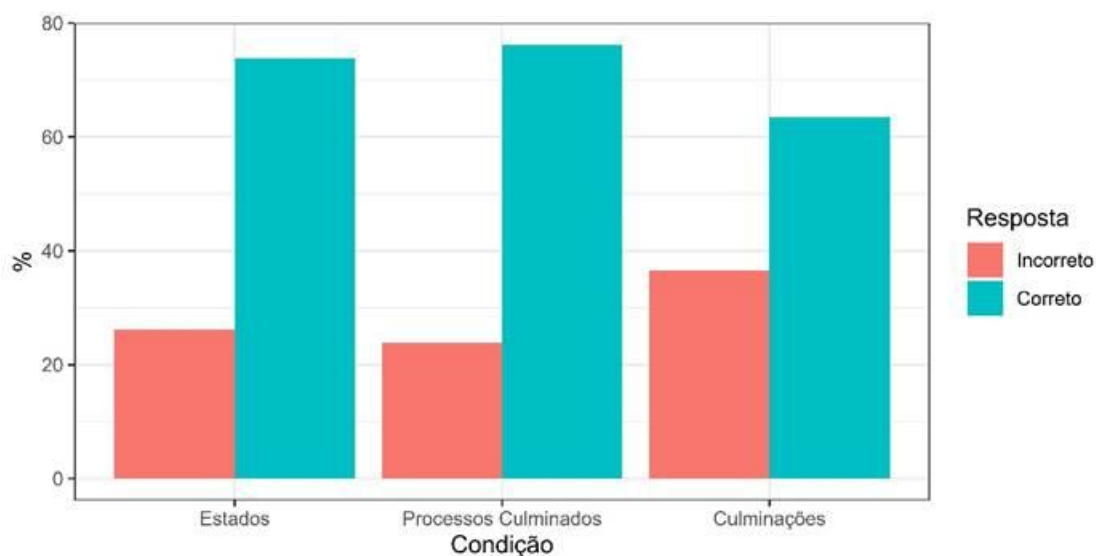


Figura 1. Proporção de respostas corretas e incorretas (em %).

Como se pode observar na Figura 1, a taxa de acerto foi substancialmente superior em todas as condições: 73.8% para os estados, 76.2% para os processos culminados e 63.5% para as culminações. A proporção de respostas corretas na condição dos processos culminados é ligeiramente superior à das restantes condições, embora ainda não seja possível fazer qualquer tipo de previsão em relação a estes dados. Por outro lado, a proporção de respostas incorretas corresponde a 26.2% nos estados, 23.8% nos processos culminados e 36.5% nas culminações. Aqui, as culminações apresentaram uma taxa superior de respostas incorretas. Na seguinte secção, procedemos à análise inferencial dos dados de forma a constatar se estas diferenças têm alguma significância estatística.

⁶⁵ É importante salientar que problemas técnicos na execução do formulário online para realização da tarefa resultaram na não inclusão de um par de estímulos relacionados com a condição dos estados. Estes foram codificados como valores omissos e descartados da nossa análise para evitar enviesar os dados.

6.2. Análise inferencial

No programa RStudio, foi rodado um modelo de regressão logística em que “Resposta” foi inserida como variável dependente (com os valores 1 “correto” e 0 “incorreto”). Condição – i.e., estados, processos culminados e culminações – foi introduzida como variável categórica independente, assim como o Tempo de Residência, medido em meses. A Tabela 4 reporta os resultados do modelo de regressão.

	Estimativa	Valor - <i>p</i>
ProcCulm vs Estado	-0.18	0.615
Culm vs Estado	-0.78	0.027*
Culm vs ProcCulm	-0.60	0.050
TempRes	0.01	0.002**

Tabela 4. Resultados do modelo de regressão logística.

A Tabela 4 revela que há diferenças entre condições, i.e., os processos culminados (ProcCulm) parecem ter uma taxa de acerto inferior à dos estados ($X^2 = -0.18$) e as culminações (Culm) têm uma taxa de acerto inferior à dos estados ($X^2 = -0.78$) e à dos processos culminados ($X^2 = -0.60$). Contudo, nem todas estas diferenças são estatisticamente significativas, como se pode observar pelos valores de significância (valores-*p*), que devem ser inferiores a $p = 0.05$ para que se possa inferir qualquer tipo de efeito. Neste caso, apenas o contraste entre culminações e estados parece ser marginalmente significativo ($X^2 = -0.78$, $p = .027$), o que sugere que os participantes parecem ter mais dificuldade em combinar culminações com o Pretérito Imperfeito. Por outro lado, o efeito do Tempo de Residência em Portugal (TempRes) é estatisticamente significativo ($X^2 = 0.01$, $p = .002$). O valor médio estimado de $X^2 = 0.01$ representa um aumento de 1% na proporção de respostas corretas por cada mês de residência em Portugal. Assim, os participantes que residem em Portugal há mais tempo parecem ter menos dificuldades em interpretar os valores aspetuais dos Pretéritos Perfeito e Imperfeito.

Para prever de que forma estes dados podem ser generalizados à população sob estudo, foi feita uma análise suplementar baseada nas probabilidades previstas de

obtermos os mesmos resultados se repetirmos o estudo com uma maior amostra de participantes. A Figura 2 reporta a distribuição probabilística dos dados por Condição. A taxa de acerto da Resposta é-nos dada em percentagens. No eixo-x, as linhas representam a distribuição prevista dos dados de acordo com intervalos de confiança (IC) de 95% e o ponto representa o valor médio (M) da distribuição.

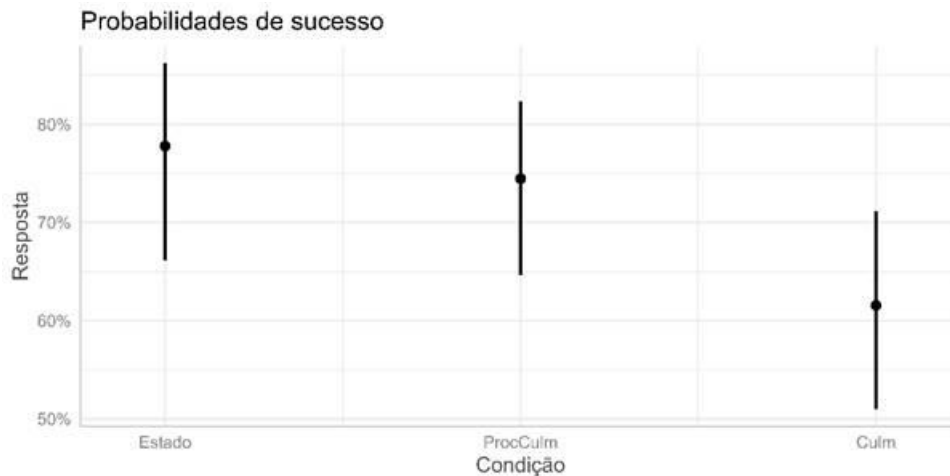


Figura 2. Probabilidades de sucesso por Condição.

Segundo a Figura 2, a probabilidade de sucesso em cada uma das condições segue uma distribuição semelhante à observada nos nossos dados. O modelo prevê que os estados ($M = 78\%$, $IC = 66\%-86\%$) sejam de maior aceitabilidade em relação aos processos culminados ($M = 74\%$, $IC = 65\%-82\%$) e as culminações sejam o tipo de situação mais afetado por possíveis falhas de interpretação ($M = 62\%$, $IC = 51\%-71\%$). A Figura 3 reporta as probabilidades de sucesso do Tempo de Residência em Portugal. Uma vez que se trata de uma variável numérica, a distribuição das taxas de acerto é feita de forma linear de acordo com o número de meses de residência.

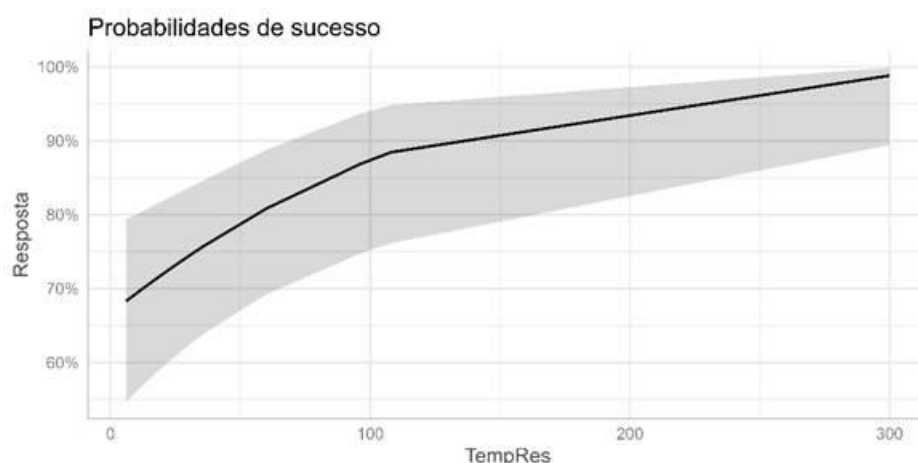


Figura 3. Probabilidades de sucesso por Tempo de Residência (TempRes), medido em meses.

Como se pode observar na Figura 3, a taxa de sucesso está positivamente correlacionada com o aumento do tempo de residência em território português. Para exemplificar, esta análise prevê que alguém com meio ano (seis meses) de residência em Portugal tenha uma média de acerto correspondente a 68%, sendo que se estima que 95% da distribuição se encontre entre 55% e 79%. Por sua vez, alguém com um ano (doze meses) de residência terá uma média de acerto de 70%, com um intervalo de confiança de 57% a 80%. Os resultados também apontam para uma evolução rápida inicial de cerca de 20% da taxa de acerto até 100 meses de exposição (aproximadamente, 8 anos). A partir daí, o modelo estima que a proporção de respostas corretas estabilize entre os 90% e os 100%. Note-se que se trata apenas de uma simulação distribucional com base no modelo e nos dados atuais e que seriam necessários mais estudos para ajustar esta previsão. Na Figura 4, confluem-se as duas variáveis de Condição e Tempo de Residência.

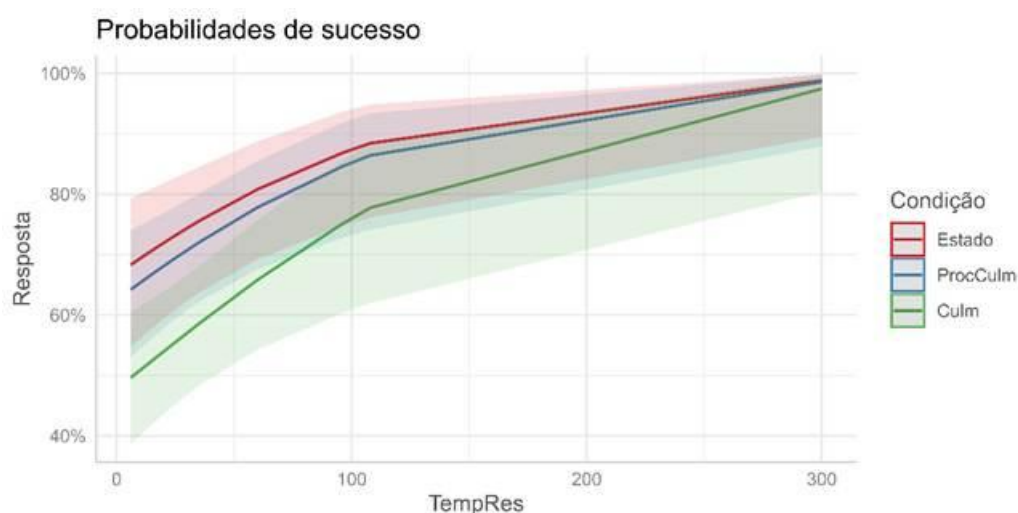


Figura 4. Probabilidades de sucesso por Condição e Tempo de Residência (em meses).

A Figura 4 revela as tendências observadas nos gráficos anteriores. A taxa de sucesso nas respostas dos participantes está correlacionada com o aumento do tempo de residência em Portugal. Apesar de todas as condições manifestarem uma tendência crescente, os estados continuam a ter uma taxa de acerto superior à dos processos culminados e, conseqüentemente, à das culminações. A título de exemplo, o modelo estima que, após dois anos (24 meses) de residência, os estados tenham uma média de sucesso correspondente a 73% (IC = 61%-83%), os processos culminados uma média de 69% (IC = 59%-79%) e as culminações uma média de 55% (IC = 45%-65%). No geral, as diferenças entre os estados e os processos culminados parecem marginais, mas são necessários mais estudos empíricos para atestar a validade destas previsões.

7. Discussão

Os resultados observados apontam para algumas diferenças de aceitabilidade entre classes aspetuais. Em particular, a comparação entre culminações e estados foi estatisticamente significativa, sugerindo que os aprendentes de Português L2 têm mais dificuldades em associar o Pretérito Imperfeito a verbos de culminação, possivelmente devido as propriedades temporais deste tipo de situação. O Pretérito Imperfeito perspectiva situações de acordo com a sua estrutura interna, removendo a culminação intrínseca de eventos télicos e apresentando-os como unidades eventivas abertas, passíveis de reconfiguração para veicular valores aspetuais distintos, como habitualidade,

progressividade ou genericidade (Comrie, 1976; Oliveira, 2003). As culminações são inerentemente instantâneas e compostas por uma culminação e um estado consequente. Os aprendentes podem ter dificuldades em compreender o efeito de mudança aspetual associado aos tempos gramaticais, considerando semanticamente anómala a sua combinação com tipos de situação aparentemente incompatíveis e isto pode explicar a sua tendência para rejeitar o Pretérito Imperfeito com as culminações.

Considerando a classificação aspectual de Vendler (1967), as culminações implicam uma estrutura temporal mais complexa, pois envolvem um ponto final inerente, ao contrário dos estados, que são não dinâmicos e atélicos. Os estados, por não implicarem uma delimitação clara, facilitam a compatibilidade com o Pretérito Imperfeito. O mesmo pode ser evidenciado quando consideramos os estímulos usados no estudo. No exemplo “O concerto durava duas horas, mas acabou em três horas”, apesar de aqui o Pretérito Imperfeito (“durava”) estar a ser usado para descrever uma expectativa de estado contínuo, muitos aprendentes tiveram dificuldades em interpretá-lo. A segunda oração, “mas acabou em três horas” introduz um evento com culminação, o que exige que o falante interprete a primeira oração como um estado planeado ou esperado que foi interrompido. Este tipo de leitura depende fortemente da compreensão dos valores modais e aspetuais do Pretérito Imperfeito.

Os aprendentes parecem ter mais facilidade com estados justamente porque o Pretérito Imperfeito se combina naturalmente com situações estativas mesmo em contextos de oposição ou contraste. Isso reforça a ideia de que o valor semântico do predicado (tipo de situação) interage com a forma verbal, e que essa interação é mais transparente nos estados, o que permite ao falante L2 tomar decisões mais intuitivas.

Os resultados também apontam para um efeito positivo da variável TempRes (Tempo de Residência em Portugal). Esta variável teve um efeito estatisticamente significativo, o que revela que o tempo de residência (e consequente grau de exposição à L2) está positivamente correlacionado com o desenvolvimento do conhecimento semântico-aspetual dos tempos gramaticais, também enquanto mecanismos de mudança aspetual (cf. Oliveira, 2003). Estes dados indicam que a exposição prolongada à L2 pode mitigar, em parte, as limitações apontadas por Hawkins e Chan (1997) na sua teoria dos traços funcionais falhados.

É possível concluir, através dos resultados, que quanto maior é o tempo de residência do falante num território onde a L2 prevalece como língua maioritária – que surge correlacionado com o seu grau de exposição à L2 – mais apurado será também o seu conhecimento das implicações semântico-aspetuais associadas aos Pretéritos Perfeito e Imperfeito e as suas respetivas combinações com os vários tipos de situação.

8. Conclusão

A investigação realizada permitiu verificar que, apesar dos desafios, os aprendentes de Português L2 com níveis intermédios de proficiência e de exposição têm sensibilidade para estabelecer distinções fundamentais, nomeadamente no que diz respeito à compatibilidade entre o uso do Pretérito Imperfeito e os princípios de continuidade ou de interrupção do evento, o que se encontra em consonância com os pressupostos teóricos abordados. Esta tendência sugere que há uma assimilação, ainda que parcial, das noções de imperfetividade associadas a esta forma verbal.

Importa também destacar o papel central do tempo de exposição à língua, do contexto de uso e da prática continuada no desenvolvimento desta competência. Estas variáveis mostram-se cruciais na consolidação de traços gramaticais mais subtis e apontam para a importância de abordagens pedagógicas que privilegiem o uso contextualizado da língua, com especial atenção às distinções aspectuais. Em síntese, os resultados deste estudo sublinham que, embora o domínio do sistema verbal do passado em Português L2 represente um desafio substancial para os aprendentes, não é, de todo, intransponível e está diretamente relacionado com o acesso continuado à língua-alvo. Com estratégias didáticas adequadas, apoio contínuo e uma compreensão aprofundada dos processos cognitivos envolvidos, é possível promover uma aquisição mais eficaz destas formas verbais, contribuindo para uma maior compreensão das suas propriedades temporo-aspetuais na expressão do português.

Embora seja possível inferir estas conclusões com base nos resultados observados, o presente estudo ainda apresenta limitações consideráveis que devem ser exploradas em investigações futuras. A inclusão de um conjunto mais controlado de participantes e um potencial grupo de controlo permitirá observar potenciais efeitos de influência da L1, especialmente quando as línguas apresentam padrões de expressão aspetual distintos. Uma metodologia mais constrita a certos tipos de situação também poderá contribuir para um entendimento mais aprofundado dos processos de aquisição semântico-gramatical dos

aprendentes, com destaque para a relação entre as classes aspetuais dos predicados e o tempo gramatical. Estudos futuros devem atentar a estas considerações para responder às questões que, para os efeitos do presente trabalho, se mantêm em aberto.

Bibliografia

Beck, M. L. (1998). L2 acquisition and obligatory head movement: English-speaking learners of German and the Local Impairment Hypothesis. *Studies in Second Language Acquisition*, 20, 311–348.

Birdsong, D. (Ed.). (1999). *Second language acquisition and the critical period hypothesis*. Erlbaum.

Bongaerts, T. (1999). Ultimate attainment in L2 pronunciation: The case of very advanced late learners. In D. Birdsong (Ed.), *Second language acquisition and the critical period hypothesis* (pp. 133–160). Erlbaum.

Bronckart, J.-P. (1997a). Semiotic interaction and cognitive construction. *Archives de Psychologie*, 65, 95–106.

Bronckart, J.-P. (1997b). *Activité langagière, textes et discours: Pour un interactionisme socio-discursif*. Delachaux et Niestlé.

Comrie, B. (1976). *Aspect* (Cambridge Textbooks in Linguistics). Cambridge University Press.

DeKeyser, R. M. (2000). The robustness of critical period effects in second language acquisition. *Studies in Second Language Acquisition*, 22(4), 499–533.

Dickey, S. M. (2015). *Lexical and grammatical aspect*. Routledge.

Ellis, R. (1994). *The study of second language acquisition*. Oxford University Press.

- Ellis, R. (1997). *Second language acquisition*. Oxford University Press.
- Gass, S. M., & Selinker, L. (2008). *Second language acquisition: An introductory course* (3rd ed.). Routledge.
- Hawkins, R., & Chan, C. Y.-H. (1997). The partial availability of Universal Grammar in second language acquisition: The ‘failed functional features hypothesis’. *Second Language Research*, 13(3), 187–226.
- Johnson, J. S., & Newport, E. L. (1989). Critical period effects in second language learning: The influence of maturational state on the acquisition of English as a second language. *Cognitive Psychology*, 21(1), 60–99.
- Klein, W. (2013). *Time in language*. Routledge.
- Krashen, S. D. (1981). *Second language acquisition and second language learning*. Pergamon Press.
- Lenneberg, E. H. (1967). *Biological foundations of language*. Wiley.
- Leiria, I. (1992). *A aquisição por falantes de português-europeu língua não-materna dos aspectos verbais expressos pelos pretéritos perfeito e imperfeito* (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa). Repositório institucional.
- Long, M. H. (2017). *Problems in second language acquisition* (2nd ed.). Routledge.
- Marc Moens, & Steedman, M. (1988). Temporal ontology and temporal reference. *Computational Linguistics*, 14(2), 15–28.
- Marian, V., Blumenfeld, H. K., Kaushanskaya, M., & Sheng, L. (2020). The Language Experience and Proficiency Questionnaire (LEAP-Q): Ten years later. *Bilingualism: Language and Cognition*, 23(5), 945–950.
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., & Faria, I. H. (2003). *Gramática da língua portuguesa* (5ª ed.). Caminho.
- Miller, G. A., & Johnson-Laird, P. N. (1976). *Language and perception*. Harvard University Press.

- Paradis, M. (2004). *A neurolinguistic theory of bilingualism* (Vol. 18). John Benjamins Publishing.
- Parsons, T. (1991). *The social system*. Routledge.
- Reichenbach, H. (1947). *Elements of symbolic logic*. Free Press.
- Reyes, G. (1990). Tiempo, modo, aspecto e intertextualidade. *Revista Española de Lingüística*.
- Smith, C. (1991). *The parameter of aspect*. Kluwer Academic Publishers.
- Ullman, M. T. (2001). The declarative/procedural model of lexicon and grammar. *Journal of Psycholinguistic Research*, 30(1), 37–69.
- Ullman, M. T. (2004). Contributions of memory circuits to language: The declarative/procedural model. *Cognition*, 92(1–2), 231–270.
- White, L., & Genesee, F. (1996). How native is near-native? The issue of ultimate attainment in adult second language acquisition. *Second Language Research*, 12(3), 238–265.